

AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO CONTEXTO FEDERATIVO BRASILEIRO

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

mdilneia@uol.com.br

Este trabalho desvela, em contexto federativo, de como as unidades subnacionais intentam disputar com o governo federal, por meio da política educacional um projeto de sociedade e se toma como exemplo concreto desta disputa, as atuais escolas cívico-militares. Pesquisa documental na qual trabalhou-se com a legislação, revisão de literatura, documentos e material da imprensa.

O bloco no poder de Estado (Poulantzas, 1977) que o assumiu em 2019, combinou o ultraliberalismo na economia, ora com o neoconservadorismo (Lima, Hypolito, 2019), ora com o reacionarismo da pauta de costumes, com a intenção de disputar a política educacional no seio da sociedade no plano político, ideológico e cultural.

Foi nesse contexto que o governo Bolsonaro assumiu as escolas cívico-militares como parte da política educacional, e, marotamente¹, instituiu por meio do Decreto n. 10.004/2019, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), dado que, em seu Programa de Governo, dizia que criaria um colégio militar em cada capital (Brasil, 2018). Ao fim e ao cabo, houve o lançamento de 216 escolas cívico-militares, em parcerias com estados e municípios o que significou “0,1% das escolas públicas do país, mas tiveram o orçamento triplicado entre 2020 e 2022”. (CNTE, 2022, não paginado).

A eleição presidencial de 2022 traz de volta Luís Inácio da Silva, e uma nova coalizão político-partidária assume o bloco de poder do Estado, e o Decreto que instituiu o Pecim é revogado pelo Decreto n. 11.611/2023 (Brasil, 2023). As eleições de governadores de estados são simultâneas a do Presidente da República, portanto, também foram eleitos em 2022 (Brasil, 1988). Nessa conjuntura, o perfil político-partidário dos

¹ O termo “marotamente” expressa o uso que o governo Bolsonaro fez de forma populista e ideológica de políticas em curso nas unidades subnacionais e as tomou como suas com a intenção de trazer de volta o ambiente gestado pela ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985.

governadores eleitos nas 27 unidades da federação, segundo o Supremo Tribunal Eleitoral (STE), 13 dos eleitos declararam voto em Jair Bolsonaro, pontua-se que neste caso, foram candidatos por partidos políticos diferentes, 10 governadores, todos na região nordeste do país, foram eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), base, portanto do Presidente da República eleito no mesmo ano, e os 5 restantes se dividiram entre um e outro candidato, ora assumindo o apoio a um ou outro candidato, ora não (Brasil, 2022).

Foi deste contexto da correlação de forças entre os partidos políticos e seus vencedores nas eleições estaduais e nacional, que aflorou a tensa disputa, quando o Ministério da Educação (MEC) revogou o Decreto que instituiu o Pecim e os governadores que apoiaram o candidato derrotado na eleição presidencial, que decidiram manter em nível local as escolas cívico-militares.

Pontua-se que a educação básica é responsabilidade e competência de estados e municípios, sob coordenação e orientação técnica e suplementar do MEC. Sua política é materializada em alto grau de desconcentração no contexto federativo brasileiro, o que explica o fato de os governadores poderem tomar decisões sobre a política, mas o MEC também.

No ato da revogação do Decreto 10.004/2019, o país contava com “202 escolas, com aproximadamente 120 mil alunos, e emprega quase 900 militares. O modelo deve ser descontinuado até dezembro e essas escolas deverão retornar para o sistema regular dos estados”. (Xavier, 2023, sem paginação).

Nesta conjuntura, governadores dos estados de São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, foram os mais ativos em atacar o governo federal pela revogação do Decreto, afirmando que os estados têm autonomia para a política educacional e que eles manteriam o modelo de escola. Somaram-se a eles membros dos legislativos federal e estaduais eleitos por partidos políticos cujas ideologias se sustentam no ultra neoliberalismo, fundamentalismo religioso, neoconservadorismo e reacionarismo na defesa das escolas cívico-militares.

Entre as muitas resistências frente a este modelo de escola, chama a atenção o caso ocorrido do estado de Mato Grosso contra a militarização de uma escola, cujos trabalhadores e sociedade do entorno da escola resistiram e entre outras medidas, escreveram o Manifesto que foi publicado na Carta Capital em 27 de janeiro de 2023 (Carta Capital, 2023), apresentado a seguir. O Manifesto trás a lembrança de um outro

episódio ocorrido no estado e que teve muita repercussão na mídia e nas redes sociais. Por ora, a resistência venceu.



Fonte: Carta Capital, 27-01-2023.

A pauta de militarização de escolas públicas surge dentro dos aparelhos repressivos do Estado, que no contexto federativo brasileiro, se encontram também desconcentradas, dado que, cada estado da federação tem sob seu comando as polícias civis e militares, assim como os municípios podem ter suas guardas municipais. Assim intentam ter nos entes federados, o modelo do Colégio Militar do Rio de Janeiro, fundado em 1989 pertencente à esfera federal porque está vinculado e financiado pelo Exército Brasileiro e suas vagas são direcionadas preferencialmente, na atualidade, “aos filhos e dependentes de oficiais das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)”. (Santos, Alves, 2022, p. 06).

Nas décadas de 1940 e 1950, impulsionada pela consolidação e expansão dos colégios militares do exército, ganha corpo em algumas polícias militares a reivindicação da construção de escolas públicas militares, dirigidas pelas corporações, com as vagas destinadas aos

filhos e dependentes de policiais militares, a exemplo do que já ocorria com os dependentes de oficiais das Forças Armadas. (Idem, Ibid).

Como se observa, uma demanda antiga dos aparelhos repressivos do Estado, que se espalhou em contexto federativo, mas que nem sempre alcançou a condição de política educacional em cada ente, ainda que experiências isoladas ocorressem, como relatam Santos e Alves (2022). O caso do estado de Goiás, que embora não seja o pioneiro na implantação do modelo, chama a atenção o objetivo da militarização enquanto experiência de política educacional, pois: está associada ao pós-movimento grevista, no caso de 2013 e 2015 e especificamente em 2017, à tentativa do governador Marconi Perillo, Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de se eleger ao senado (Alves, Ferreira, 2020, p. 10).

O fato de o governo Bolsonaro ter alcançado em política federal a militarização das escolas públicas por meio do Pecom, e de na atualidade, governos estaduais e municipais continuarem a manter a política em nível local, acirrando as tensões federativas, respondem na conjuntura, pela disputa de um projeto de sociedade com vistas a uma escola mais ou menos democrática, e por uma educação que promova a emancipação ou a alienação. Por seu turno, o governo federal tenta garantir a constitucionalidade da escola republicana, enquanto governos locais ferem os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais para fazer a disputa no plano ideológico-cultural.

Referências

ALVES, M. F.; FERREIRA, N. S. R. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. e0224778, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (*Constituição 1988*). Senado Federal, Brasília, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Eleitoral. *Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos*. O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo. Bolsonaro 2018. Brasília, 2018.

Disponível em: <
https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm >. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Eleitoral. *Eleições 2022: confira os 12 governadores eleitos no 2º turno*. Brasília, 2022. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/eleicoes-2022-confira-os-12-governadores-eleitos-no-2o-turno> >. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023*. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm> Acesso em: 25 jan. 2025.

CARTA CAPITAL. *Grupo reage ao governo de MT e sugere militarização de escolas particulares*. São Paulo, 27-01-2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/grupo-reage-ao-governo-de-mt-e-sugere-militarizacao-de-escolas-particulares/?utm_medium=leiamais&utm_source=cartacapital.com.br>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CNTE. Principais promessas do plano de governo de Bolsonaro para Educação ficam só no papel. Brasília, 2022. Disponível em: < <https://cnte.org.br/noticias/principais-promessas-do-plano-de-governo-de-bolsonaro-para-educacao-ficam-so-no-papel-e96a> >. Acesso em: 25 jan. 2025.

LIMA, I. G. DE.; HYPOLITO, Á. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 45, p. e190901, 2019.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 52, p. e09144, 2022.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

XAVIER. Getúlio. *Carta Capital*. Educação. Governadores bolsonaristas contrariam MEC e vão manter escolas cívico-militares. São Paulo, 13-07-23. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/educacao/governadores-bolsonaristas-contrariam-mec-e-vao-manter-escolas-civico-militares/>>. Acesso em: 26 jan. 2025.